

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

**PROVA OBJETIVA**

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E DA FAZENDA PÚBLICA E LEI ESTADUAL Nº 14.277/03 (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ)**

**01)** Segundo dispõe a Lei Estadual nº 14.277/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) acerca dos órgãos integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, assinale a opção INCORRETA:

- a) - o Conselho de Administração;
  - b) - as Turmas Recursais;
  - c) – os Juizados Especiais Cíveis;
  - d) – os Juizados Especiais Criminais
- 

**02)** Acerca do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, previsto na Lei Estadual nº 14.277/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) julgue os seguintes itens:

I- Os Juízes a que o compõe serão indicados pelo Órgão Especial;

II- Tem competência para processar e julgar os recursos e as reclamações contra o resultado de concursos levados a efeito no âmbito dos Juizados Especiais;

III- decretar regime de exceção nos Juizados Especiais, mediante proposição do Supervisor do Sistema;

IV- executar os concursos para juízes leigos e conciliadores;

Estão corretas:

- a) I e III
  - b) I e II;
  - c) II e III
  - d) III e IV
- 

**03)** Acerca da resposta do réu na Lei 9;099/95, assinale a opção INCORRETA:

a). Ao réu é vedada a arguição de suspeição ou impedimento do juiz na contestação, devendo confeccionar peça específica.

b) É lícito ao réu, na contestação oral ou escrita, abordar toda a matéria de defesa.

c) Ao autor da ação é facultada a resposta do pedido do réu na própria audiência.

d) É lícito ao réu, na reconvenção, formular pedidos em seu favor, fundados nos mesmos fatos objetos da controvérsia.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

**04)** De acordo com o disposto na Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, poderá propor ação no Juizado Especial:

- a) O microempreendedor individual.
- b) O Município.
- c) O preso.
- d) A massa falida.

**05)** Sobre o disposto na Lei nº 12.153/2009 (Juizados Especiais da Fazenda Pública), assinale a alternativa correta.

- a) Inclui-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança.
- b) Aplica-se a regra de prazos diferenciados para a prática de qualquer ato processual e para a interposição de recursos pelas pessoas jurídicas de direito público.
- c) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, mesmo havendo previsão legal do respectivo ente da Federação.
- d) Nas causas de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, não se aplica a regra do reexame necessário.

**06)** Sobre o disposto na Lei nº 12.153/2009 (Juizados Especiais da Fazenda Pública), assinale a alternativa correta.

- a) No foro em que estiverem instalados, a competência é relativa.
- b) Não é possível pedido para providências cautelatórias ou antecipatórias no curso do processo.
- c) O cumprimento da sentença com trânsito em julgado, que imponha obrigação de fazer, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.
- d) A Fazenda terá prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

**07)** Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/09) assinala a opção INCORRETA:

- a) Não serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas até a data de sua instalação;
- b) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material ou processual;
- c) Cabe ao conciliador, sob a supervisão do juiz, conduzir a audiência de conciliação;
- d) Nas causas de que trata a Lei 12.153/09, não haverá reexame necessário.

**08)** Acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/09) considere (F) para as assertivas falsas ou (V) para as verdadeiras. Em seguida, marque a opção CORRETA. Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

- ( ) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
- ( ) as causas sobre bens móveis e imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

( ) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

- a) V, V, V
  - b) F, V, V
  - c) V, F, V
  - d) F, F, F
- 

**09)** Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, instituídos pela Lei n.º 12.153/2009, é CORRETO afirmar:

- a) Admite-se a atuação de juízes leigos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
  - b) Nas causas sujeitas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública haverá reexame necessário.
  - c) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão livremente conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, independentemente dos termos e hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
  - d) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, ressalvada a interposição de recurso contra a sentença, caso em que o prazo será contado em dobro.
- 

**DIREITO DO CONSUMIDOR:**

**10)** Sobre o disposto na Lei 8.078/90, julgue os seguintes itens:

I- Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final;

II- - Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo;

III- É direito do consumidor com deficiência física acesso à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresente;

IV - Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, mesmo os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito;

Estão corretas

- a) I, II e IV
  - b) I, II e III;
  - c) II, III e IV;
  - d) I, III e IV
- 

**11) Ana Paula** adquiriu no site **www.sapatosonline.com.br** 10(dez) pares de sapatos, ao receber os produtos, que não apresentavam qualquer tipo de vício ou defeito, entendeu que não deveria ficar com os mesmos pois os modelos não lhe agradaram. Com base neste problema e no Código de Defesa do Consumidor, Ana Paula:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

- a) teria direito à substituição do produto por outro ou ao abatimento proporcional do preço ou à devolução do produto com a correspondente devolução do dinheiro pago, estas alternativas são opções do consumidor.
- b) tem direito de desistir da compra, desde que o faça em sete dias a contar do recebimento do produto.
- c) só teria direito de desistir da compra se os produtos apresentassem vício ou defeito.
- d) não pode efetuar a desistência por se tratar de uma venda promocional e vantajosa ao consumidor.

**12)** Sobre a Lei 8.078/90, julgue os seguintes itens:

I- Segundo o CDC, o conceito de fornecedor abrange não apenas pessoas físicas e jurídicas, mas até mesmo entes despersonalizados.

II- Uma sociedade empresária que compra peças de outra sociedade empresária e as utiliza na montagem do produto que revende poderá invocar, em seu favor, normas do CDC no caso de ajuizamento de ação contra a pessoa jurídica que lhe vende as peças.

III- não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

IV- a responsabilidade civil dos profissionais liberais será apurada objetivamente.

Estão corretas

- a) I e II;
  - b) I e III;
  - c) II e IV
  - d) III e IV
- 

**13)** Sobre o que dispõe a Lei 8.078/90 sobre a facilitação da defesa do consumidor em juízo assinale a opção correta

- a) a inversão do ônus da prova é automática, sendo que em todas as ações relativas aos direitos do consumidor o juiz tem a obrigação de concedê-la.
  - b) para que haja a inversão do ônus da prova, o juiz deve se basear nos termos da lei, sem levar em consideração as suas máximas de experiência.
  - c) ficará a critério do juiz deferir a inversão do ônus da prova exclusivamente ao consumidor, sempre que o direito debatido for verossímil ou o consumidor hipossuficiente, levando-se em consideração as suas máximas de experiência.
  - d) a inversão do ônus da prova poderá favorecer o fornecedor, dado o princípio da isonomia aplicado às relações de consumo que forem abordadas em juízo.
- 

**14)** Sobre a responsabilidade do fornecedor de serviços na Lei 8.078/90, assinale a alternativa correta.

- a) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por informações insuficientes sobre sua fruição e riscos.
  - b) O serviço é defeituoso, mesmo fornecendo a segurança que dele se pode esperar, quando não atenda as circunstâncias relevantes esperadas pelo consumidor, quando da formação de sua convicção.
  - c) O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar culpa concorrente.
  - d) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada, como regra, independentemente da verificação de culpa.
-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

**DIREITO CIVIL**

- 15)** De acordo com o Código Civil Brasileiro, prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão
- a) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
  - b) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
  - c) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
  - d) do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- 

- 16)** Conforme dispõe o Código Civil Brasileiro, é CORRETO afirmar que corre a prescrição:
- a) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
  - b) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
  - c) entre os cônjuges, fora da constância da sociedade conjugal.
  - d) pendendo ação de evicção.
- 

- 17)** Segundo Código Civil Brasileiro, o exercício abusivo de um direito – definido pelo art. 187 do código como o que excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes – configura ato
- a) anulável.
  - b) ilícito.
  - c) inexistente.
  - d) nulo.
- 

- 18)** Sobre a responsabilidade civil no Código Civil, julgue os seguintes itens:
- I- Há responsabilidade civil objetiva quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
  - II- O incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar a terceiros, mas seus responsáveis terão ação regressiva contra ele, depois de cessada a causa da incapacidade.
  - III- O direito de exigir reparação de dano e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
  - IV- Não se considera ilícito, embora acarrete obrigação de o agente indenizar o dano, o ato praticado em estado de necessidade, salvo se a pessoa lesada for culpada do perigo.
- Estão corretas:
- a) I e II
  - b) II e IV
  - c) I e IV
  - d) III e IV
- 

- 19)** Consoante estabelecido pelo Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, determinada pelo magistrado, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

lhe couber intervir no processo. Trata-se de situação subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado por:

- a) confusão patrimonial e dissolução irregular.
  - b) simples dissolução irregular.
  - c) desvio de finalidade conjugado com a confusão patrimonial.
  - d) desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- 

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**20)** Assinale a alternativa que indica corretamente o prazo em que a parte deverá praticar o ato processual quando inexistir preceito legal ou prazo determinado pelo juiz.

- a) 24 horas
  - b) 48 horas
  - c) 5 dias
  - d) 10 dias
- 

**21)** Considerando as normas fundamentais do processo civil dispostas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em razão da colaboração, todos os sujeitos que atuam no processo, inclusive o juiz, devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
  - b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.
  - c) O julgamento segundo a ordem cronológica de conclusão pelos juízes e tribunais é de atendimento obrigatório.
  - d) Pelo princípio da publicidade, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos. Todavia, tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social.
- 

**22)** Acerca das normas fundamentais, na estruturação conferida pelo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), assinale a alternativa correta.

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ressalvadas as questões sobre as quais deva decidir de ofício.
  - b) É vedado ao juiz apreciar questão, proferir decisão ou conceder tutela de urgência contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
  - c) O juiz não pode conceder tutela da evidência, quando houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
  - d) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

**23)** Sobre os incapazes de servir como testemunha (CPC, art. 477, §1º) assinale a opção INCORRETA:

- a) o inimigo da parte ou o seu amigo íntimo;
  - b) o que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los, ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções;
  - c) o que tiver menos de 16 (dezesesseis) anos;
  - d) o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam
- 

**24)** Em um processo de conhecimento, o qual fique caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de:

- a) evidência.
  - b) urgência cautelar incidental.
  - c) urgência antecipada antecedente.
  - d) urgência cautelar antecedente.
- 

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**25)** Uma pessoa denunciada por crime para o qual a pena mínima é igual a um ano recebeu e aceitou uma proposta do MP prevista na Lei n.º 9.099/1995. Nesse caso, a proposta em questão caracteriza-se como uma

- a) suspensão condicional da pena, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser condenada definitivamente por outro crime.
  - b) transação penal, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
  - c) transação penal, caso o crime cometido seja de menor potencial ofensivo.
  - d) suspensão condicional do processo, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser processada por contravenção penal no curso do prazo.
- 

**26)** Com relação aos dispositivos constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 (CF) não admite juízo ou tribunal de exceção, razão por que a atual estrutura do Poder Judiciário não prevê justiças especializadas em determinada matéria.
  - b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre devem ser comunicados ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada no prazo máximo de setenta e duas horas contado a partir da prisão.
  - c) A garantia de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória significa que mesmo quem for preso em flagrante cometendo homicídio será possuidor da presunção de inocência.
  - d) Admitir-se-á ação penal privada, subsidiária da pública, no crime de roubo, quando o membro do Ministério Público (MP) manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial.
-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

**27)** Sobre o instituto da transação penal previsto no artigo 76 da Lei 9.099/95, considere (F) para as assertivas falsas ou (V) para as verdadeiras. Em seguida, marque a opção CORRETA:

( ) Caberá ao juiz propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas a ser especificada na proposta.

( ) Não será admitida a transação penal caso tenha sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

( ) Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o juiz poderá reduzi-la até a metade.

( ) Caso a proposta seja aceita pelo autor da infração, a pena restritiva de direitos ou multa será aplicada, importando em reincidência e impedindo que o mesmo benefício seja utilizado novamente no prazo de 5 (cinco) anos.

a) V, V, F, F

b) F, V, V, F

c) V, F, F, F

d) F, F, V, V

---

**28)** A lei processual penal

a) tem aplicação imediata, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência de lei anterior.

b) somente pode ser aplicada a processos iniciados sob sua vigência.

c) tem aplicação imediata, devendo ser declarados inválidos os atos praticados sob a vigência de lei anterior.

d) tem aplicação imediata, devendo ser renovados os atos praticados sob a vigência da lei anterior.

---

**29)** Pela regra do art. 61 da Lei no 9.099/95, assinale a alternativa que traz pena que corresponde à infração penal de menor potencial ofensivo.

a) Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa

b) Reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

c) Detenção de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos.

d) Detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos.

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO:**

**30)** No art. 37, caput, da Constituição da República estão expressamente descritos os princípios:

a) Legalidade, Publicidade, Hierarquia e Moralidade.

b) Indisponibilidade, Legalidade, Moralidade e Autotutela.

c) Legalidade, Moralidade, Impessoalidade e Continuidade dos Serviços Públicos.

d) Eficiência, Moralidade, Publicidade, Impessoalidade e Legalidade.

---

**31)** Sobre o regime constitucional da magistratura nacional, é possível afirmar que aos juízes são vedadas as condutas abaixo, salvo:

a) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

- b) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
  - c) dedicar-se à atividade político-partidária.
  - d) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- 

**32)** Os direitos fundamentais de segunda geração (ou dimensão) são aqueles em que exigem do poder público uma atuação em favor do cidadão (prestação positiva). Assinale a alternativa que não representa um direito de segunda geração.

- a) Liberdade de consciência e crença.
  - b) Saúde e educação.
  - c) Lazer e segurança.
  - d) Proteção à maternidade e à infância.
- 

**33)** Assinale a opção que apresenta um dos fundamentos da República Federativa do Brasil previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.

- a) erradicação da pobreza
  - b) autodeterminação dos povos
  - c) igualdade entre os estados
  - d) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- 

**34)** Sobre o poder de polícia administrativa assinale a opção correta:

- a) possui, como meio de atuação, apenas medidas de caráter repressivo.
  - b) tem como um de seus limites a necessidade de observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
  - c) é sempre discricionário.
  - d) não é inerente a toda Administração, não estando presente, por exemplo, na esfera administrativa dos Municípios.
- 

**35)** Segundo o disposto na Constituição da República, sobre os órgãos do Poder Judiciário:

- I. Supremo Tribunal Federal.
- II. Conselho Nacional de Justiça.
- III. Tribunais Militares.
- IV. Tribunais de Contas.

Nos termos da Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário o constante em

- a) I, II, III e IV.
  - b) I, II e III, apenas.
  - c) I, II e IV, apenas.
  - d) I, apenas.
- 

**36)** Sobre o princípio da publicidade, a Constituição determina que

- a) é proibido ao Poder Público formular publicidade de qualquer espécie, inclusive aquelas realizadas por órgãos públicos com caráter educativo, informativo ou de orientação social.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

- b) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
  - c) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
  - d) é proibido ao Poder Público formular publicidade de qualquer espécie, salvo aquelas realizadas para oferecer ao público em geral explicações sobre a vida privada dos gestores.
- 

**TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO, ÉTICA E JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS**

**37)** Dentre os métodos alternativos de resolução de conflitos estão a conciliação e a mediação. Uma diferença entre ambos é que a conciliação

- a) visa ao acordo para dar evolução à demanda, caminhando para as sessões de conciliação seguintes.
  - b) não pode ser muito rápida, pois requer o conhecimento da inter-relação das partes em conflito.
  - c) depende de que o conciliador nunca apresente sugestões, para não influenciar as partes no acordo.
  - d) busca um acordo de forma imediata para por fim à controvérsia ou ao processo judicial.
- 

**38)** “É a ciência do comportamento moral do homem em sociedade. Mais singelamente, aproxima-se de moral, porque ambas têm idêntica raiz: os costumes consolidados após longa reiteração, porque naturais, ínsitos à natureza humana.”(NALINI, José Renato, “Por que filosofia?”, Ed. RT, 2012). Tal ciência denomina-se:

- a) moral
  - b) ética
  - c) reflexologia.
  - d) principiologia.
- 

**39)** Sobre os enunciados vigentes das Turmas Recursais do Paraná, julgue os seguintes itens:

- I- A demora ou a não entrega de produto adquirido pela internet acarreta, em regra, dano moral.
- II- Os juros de mora da indenização de seguro obrigatório (DPVAT) incidem, a contar da citação, à razão de 1% ao mês.
- III- A recusa no recebimento por meio de cheque configura dano moral indenizável mesmo quando não há exposição do devedor a qualquer constrangimento frente a terceiros.
- IV - O prazo prescricional para a propositura de ação de cobrança de títulos prescritos é e 3 (três) anos, nos termos do art. 206, § 5º, do CC, sendo o termo "a quo" a data da sua apresentação.

Estão corretas:

- a) I e II;
  - b) II e III;
  - c) III e IV
  - d) I e IV.
-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU**  
**SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS EDITAL 01/2016**

**40)** Sobre os enunciados vigentes das Turmas Recursais do Paraná, julgue os seguintes itens:

I- É admissível o acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais desde que comprovada sua qualificação tributária atualizada;

II- Inexistindo bens passíveis de constrição judicial, a execução será extinta, vedada, em qualquer caso a sua renovação;

III- -Não existindo outros bens a satisfazer o crédito exequendo, possível a penhora de conta-salário no limite de 30%.

IV - Simples afirmação da necessidade de realizar prova complexa não afasta a competência do Juizado Especial, mormente quando não exauridos os instrumentos de investigação abarcados pela Lei n.º 9.099/95.

Estão corretas:

a) I e II;

b) I, II e III;

c) I, II e IV

d) I, III e IV.

---